

Estrutura social melhora, mas classe média fica 'estagnada'

MANUEL ALVES FILHO

manuel@reitoria.unicamp.br

A estrutura social brasileira experimentou uma fase de melhoria entre os anos de 2004 e 2008. Nesse período, um número significativo de pessoas trocou a condição de miséria pela de pobreza ou deixou a situação de pobreza para se inserir na baixa classe média. Entretanto, os mesmos fatores que proporcionaram esse avanço não foram suficientes para gerar novas oportunidades aos indivíduos pertencentes à média e alta classe média, que permaneceram estagnados em seus respectivos extratos sociais. A constatação faz parte de estudo recém-concluído pelo professor Waldir Quadros, do Instituto de Economia (IE) da Unicamp, que está disponível no site do IE (www.eco.unicamp.br), no item "Textos de Discussão - TD-148". "O resumo da ópera é o seguinte: a estrutura social brasileira melhorou no período analisado, mas não chega a estar uma maravilha. Não é possível dizer, como defendem alguns, que o Brasil transformou-se em um país de classe média", afirma.

O estudo em questão teve origem numa espécie de inconformismo de Waldir Quadros diante dos dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2005, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o professor, os números eram um tanto estranhos. Revelavam uma melhora inédita da situação social brasileira, mas não eram capazes de explicar o motivo de tal evolução. O economista resolveu esperar, então, a divulgação das Pnads de 2006 e 2007 para formular uma análise mais detalhada dos números. Para isso, o pesquisador teve que desagregar a análise de forma que permitisse desvendar a situação que estava subjacente aos índices oficiais.

Conforme Waldir Quadros, embora constitua um banco de dados valioso, a Pnad deve ser usada com cuidado pelos analistas e pesquisadores. "A Pnad é capaz de apontar se a estrutura social evoluiu, mas não é capaz de mensurar inequivocamente o quanto evoluiu. Além disso, não é possível tomar um ano discreto para fazer análises isoladas. Para interpretar corretamente os dados da Pnad, faz-se necessário estudar uma série histórica, que por sua vez deve corresponder a uma determinada conjuntura", sustenta. Para explicar melhor essa metodologia, o docente da Unicamp cita o intervalo compreendido entre os anos de 2004 e 2008. Nele, foi possível identificar uma tendência de melhoria da condição social, em razão da conjugação de alguns fatores.

O primeiro e mais importante deles foi o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que vem a ser a soma de todas as riquezas produzidas pelo país. No período, o aumento médio anual do PIB brasileiro foi de 4,5%. No quinquênio 1998/2002, a taxa havia sido de apenas 1,7%. "Ou seja, trata-se de uma conjuntura específica, que deve ser quebrada a partir de 2009, em razão dos reflexos da crise financeira internacional. É bem provável que a partir do ano que vem nós tenhamos uma conjuntura econômica diferente, que trará reflexos para a nossa estrutura social", esclarece Waldir Quadros. Paralelamente ao crescimento do PIB, continua o economista, também foi registrado no período tomado para estudo o aumento real do salário mínimo.

Embora o salário mínimo já viesse sendo corrigido em termos reais no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, essa medida não conseguia fazer, por si só, com que a estrutura social sofresse alterações importantes, visto que na época o desempenho do PIB era bastante tímido. Dito de maneira simplificada, o segundo fator anulava os efeitos do primeiro. "Era uma situação diferente da atual, em que temos PIB e salário mínimo crescendo conjuntamente", compara Waldir Quadros. Ademais, prossegue

O professor Waldir Quadros, autor do estudo: "Precisamos adotar políticas econômicas que nos permitam caminhar a passos mais largos"



Foto: Antoninho Perri

Estudo feito por docente do IE revela que crescimento não atingiu todos os segmentos da pirâmide

melhorou, a despeito de qualquer propaganda de governo", constata Waldir Quadros.

Esta análise colide com posicionamentos adotados por uma determinada linha do pensamento econômico, que entende que não é preciso haver crescimento econômico para que ocorram mudanças na estrutura social. Para os adeptos dessa posição, bastaria adotar políticas sociais consequentes para que a miséria fosse reduzida. "Nós, ao contrário, sempre defendemos a idéia de que sem o crescimento da economia não é possível promover avanços sociais significativos", esclarece o docente da Unicamp. Waldir Quadros assinala, porém, que a melhoria registrada no período 2004/2008 não alcançou todos os segmentos da pirâmide social.

As classes A e B, por exemplo, permaneceram estagnadas em suas respectivas posições. Isso ocorreu, de acordo com o pesquisador, porque o crescimento recente deu-se a partir de uma estrutura econômica dilapidada, notadamente por conta do desmantelamento do setor industrial. "Como a nossa estrutura industrial perdeu, ao longo dos últimos anos, elos importantes da sua cadeia, principalmente por conta do avanço da importação (dólar barato) e da política monetária (juros altos), ocorreu o que chamamos tecnicamente de situação de baixa performance. Nesse cenário, há uma forte limitação das oportunidades para os integrantes das médias e da alta classe média", detalha o economista.

Ademais, prossegue Waldir Quadros, o referido crescimento da economia está intimamente relacionado com o bom desempenho do agronegócio, ou seja, com o comércio internacional de *commodities*. "Trata-se de um setor que não cria emprego e nem gera grandes oportunidades para as classes A e B", insiste. A esse respeito, o economista criou uma imagem que ajuda a explicar bem a situação da atual estrutura social brasileira. Segundo ele, tomando-se por base a figura de uma pirâmide, no segmento compreendido pela classe C ocorre o que ele classifica de "porocaca social". "É uma espécie de zona de tensão, que abriga tanto o filho da média classe média que não consegue uma boa colocação profissional quanto o filho da massa trabalhadora que está em busca de ascensão".

Na opinião de Waldir Quadros, se o Brasil quiser que a sua estrutura social experimente um avanço ainda mais amplo e significativo do que o identificado no período 2004/2008, o país terá que alterar as bases do seu desenvolvimento. "Se o crescimento do PIB, associado a outros fatores, é o que explica o avanço recente das condições sociais brasileiras, como aponta o nosso estudo, fica claro que precisamos adotar políticas econômicas que nos permitam caminhar a passos mais largos. Em outras palavras, temos que recuperar a estrutura industrial e proteger a economia. Precisamos usar os recursos que virão do petróleo e do comércio de *commodities*, por exemplo, para impulsionar nosso desenvolvimento industrial e dos serviços a ele associados. Senão fizermos grandes bobagens, penso que teremos condições de ingressar num novo patamar econômico e social, a despeito do tamanho e da duração da crise internacional", infere.

Evolução do PIB e do salário mínimo real

Evolução do PIB		Evolução do salário mínimo real	
Ano	%	Período*	%
1981	- 4,25	11.1980 a 10.1981	- 1,42
1982	0,83	11.1981 a 10.1982	2,47
1983	- 2,93	11.1982 a 10.1983	- 7,32
1984	5,40	11.1983 a 10.1984	-10,28
1985	7,85	11.1984 a 10.1985	1,29
1986	7,49	11.1985 a 10.1986	8,99
1987	3,53	11.1986 a 10.1987	-18,87
1988	- 0,06	11.1987 a 10.1988	- 0,02
1989	3,16	11.1988 a 10.1989	0,03
1990	- 4,35	11.1989 a 10.1990	-19,01
1991	1,03	11.1990 a 10.1991	- 9,71
1992	- 0,47	11.1991 a 10.1992	5,86
1993	4,67	11.1992 a 10.1993	6,44
1994	5,33	11.1993 a 10.1994	- 5,57
1995	4,42	11.1994 a 10.1995	7,81
1996	2,15	11.1995 a 10.1996	6,64
1997	3,38	11.1996 a 10.1997	2,40
1998	0,04	11.1997 a 10.1998	3,55
1999	0,25	11.1998 a 10.1999	2,43
2000	4,31	11.1999 a 10.2000	1,97
2001	1,31	11.2000 a 10.2001	8,50
2002	2,66	11.2001 a 10.2002	4,36
2003	1,15	11.2002 a 10.2003	- 0,86
2004	5,71	10.2003 a 10.2004	4,59
2005	3,16	10.2004 a 11.2005	5,74
2006	3,75	11.2005 a 10.2006	13,43
2007	5,42	10.2006 a 11.2007	7,66

*período de cobertura "teórico" das Pnads - Fonte dos dados primários: IPEADATA

o docente da Unicamp, entre 2004 e 2008 também houve a ampliação da política de transferência de renda, principalmente por meio da concessão do programa Bolsa Família.

Tal política, ainda que também existisse no governo FHC, não produzia efeitos positivos sobre a estrutura social naquela época, igualmente por

causa do fraco desempenho do PIB. "Sem a contribuição de um PIB mais robusto, o Bolsa Família não era capaz de ajudar as pessoas a mudarem de classe social. Era como se a miséria fosse assistida. Tratava-se de um programa importante para as famílias beneficiadas, mas que não produzia qualquer efeito positivo na estrutural

social", considera Waldir Quadros. Essa situação mudou significativamente no período 2004/2008, reforça o pesquisador, por conta da conjugação de fatores com condições de proporcionar impactos sociais relevantes, principalmente a mais expressiva geração de empregos. "De fato, a situação de uma parcela importante da população